

Darcy Ribeiro e a antropologia no Brasil (1944-1956)¹

André Luís Lopes Borges de Mattos
Unicamp

Resumo: Esta comunicação apresenta parte de uma pesquisa realizada junto ao arquivo pessoal de Darcy Ribeiro que resultou em minha tese de doutorado defendida na Unicamp em 2007. Personagem dos mais importantes na consolidação da antropologia brasileira nos anos 50, Darcy Ribeiro tornou-se conhecido também – e sobretudo – como um intelectual diversificado cujas atividades alcançaram grande repercussão na esfera da política pública, particularmente a partir da década de 60. Talvez por isso seja tão comum atribuir-lhe uma posição nada convencional em relação aos padrões de trabalho acadêmico atualmente vigentes. Nesta apresentação pretendo, no entanto, resgatar as atividades desenvolvidas por Darcy Ribeiro entre 1944 e 1956, articulando-as aos cânones da antropologia da época. Este período compreende sua formação na Escola Livre de Sociologia e Política e, posteriormente, sua passagem pelo Serviço de Proteção aos Índios, órgão que garantiu a realização de algumas de suas mais importantes iniciativas na área de ensino e pesquisa em antropologia, como a criação do Museu do Índio e do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, além de suas primeiras pesquisas etnológicas. Desta maneira, a partir de um importante conjunto de documentos daquele período, ainda inexplorado nas ciências sociais, busco refletir sobre a inserção de Darcy Ribeiro em um campo antropológico que ele ajudou a conformar e, ao mesmo tempo, o conformou.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro; história da antropologia; trajetórias

Introdução

Darcy Ribeiro foi, sem dúvida, um dos antropólogos brasileiros que mais diversificaram suas atividades e, dentre esses, aquele cuja atuação política alcançou maior repercussão na esfera pública². Sua trajetória parece, por isso, expressar uma daqueles momentos de convergência entre a *história das idéias* e a *história das ações*, que, em tempos de especialização acadêmica, parecem se tornar cada vez mais raros.

Considerado um dos precursores da etnologia brasileira, idealizador de importantes instituições de ensino e pesquisa no país, pioneiro em pesquisas etnológicas, particularmente aquelas baseadas em longos períodos de observação participante, inspirador de uma boa soma

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² O presente texto é, em sua maior parte, uma versão resumida e ligeiramente modificada do capítulo 2 de minha tese de doutorado, defendida em 2007 na Unicamp, com o título *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1947-1982)*.

de trabalhos acadêmicos, como vem exemplificar a “escola do contato”³, que em Roberto Cardoso de Oliveira encontraria sem membro mais ilustre, Darcy Ribeiro faz parte, ainda, de um seleto grupo de antropólogos brasileiros que se tornaram conhecidos também – e talvez principalmente – fora da disciplina, dentro e fora do país. Isso se deve à repercussão nacional e internacional alcançada por sua diversificada obra e, paralelamente, pelos trabalhos de diferentes matizes desenvolvidos por ele no Brasil e no exterior – neste caso particularmente durante os anos em que se manteve na condição de exilado político, entre 1964 e 1976 – que acabaram por projetá-lo internacionalmente.

Não é difícil entender, assim, as inúmeras tentativas de associá-lo à imagem de um pensador multifacetado, consubstanciada na figura de um intelectual visceralmente engajado, comprometido com a política no sentido estrito e, antes e acima de tudo, avesso a qualquer tipo de “academicismo”. O próprio Darcy não poupou esforços para dar essas feições ao seu próprio personagem. São conhecidas suas alusões ao fato de ter sido um homem de muitas faces – ou muitas “peles”, como gostava de dizer –, dentre as quais destacava particularmente as de etnólogo, político, educador e romancista. Não são menos notórias as diversas ocasiões, sobretudo a partir dos anos 70, em que dirigiu ataques nem sempre amenos ao que ele acreditava ser o caráter excessivamente acadêmico da antropologia brasileira.

Oliveira (1995), por sua vez, afirma que Darcy Ribeiro não chegou a constituir uma obra à qual corresponda um sistema teórico integrado. Sua produção intelectual, ao contrário, transita por diferentes disciplinas e seus textos são indissociáveis de suas ações práticas, o que o torna diferente de muitos antropólogos eminentes, cujas histórias pessoais ocupariam, na história das idéias, um lugar secundário face ao caráter monopolizador de suas obras, sempre consideradas como totalidades coerentes. Por conseguinte, “é preciso entender que menos do que um perfil de teórico ou criador de uma escola de pensamento, Darcy é um exemplo de intelectual/ator, em uma associação entre teorias e pesquisas sempre acompanhadas pela elaboração de um complexo e apaixonado discurso justificador”. João Pacheco de Oliveira está correto em sua interpretação.

A questão que proponho abordar aqui é, no entanto, outra. Não se trata de por em discussão a legitimidade das narrativas de, e sobre Darcy Ribeiro. Tampouco pretendo analisar o impacto de suas experiências na construção de seu personagem, algo que fiz alhures⁴. Quero destacar, porém, que a ênfase em predicados como os apontados acima pode resvalar, com certa facilidade, para a idéia de que se trata de um personagem com uma trajetória *excepcional*. Mais do que isso, as constantes referências a certos atributos de uma

³ A expressão é de Eduardo Viveiros de Castro (1999).

⁴ Conferir Mattos (2007)

suposta excepcionalidade de Darcy Ribeiro, tais como sua atuação multifacetada, seu engajamento político, a projeção pública de suas atividades, sua aversão a “academicismos” e mesmo sua “genialidade”, levam a crer que sua trajetória pode ser enquadrada naquilo que Levi (1996) denominou um “caso extremo” que, por ser atípico, é capaz de ilustrar, de forma transversal, aquilo que é considerado *normal*.

A interpretação da trajetória de Darcy Ribeiro que proponho aqui aponta para outra direção. Se, por um lado, reconheço que Darcy foi, em alguns momentos, *excepcional*, por outro, creio ser bastante duvidosa a afirmação de que sua experiência possa ser reduzida a essa – ou qualquer outra – categoria.

Esta afirmação, amplamente discutida em Mattos (2007), é caudatária de uma recusa da idéia de trajetórias excepcionais. Trata-se de uma tentativa de rechaçar aquilo que Pierre Bourdieu denunciou como a “ilusão biográfica”, isto é, a crença no (falso) “postulado do sentido da existência”, que se expressa no reconhecimento, por parte de biógrafo ou biografado, de um sentido próprio e inerente a determinada biografia. Isso anula, com efeito, a possibilidade de reconhecer a descontinuidade do real e a justaposição de seus elementos, que surgem de modo imprevisto, aleatório e fora de propósito.

A dificuldade de atribuir um único sentido à trajetória de Darcy Ribeiro se torna mais evidente quando atentamos para alguns dados, quase todos extraídos do conjunto de documentos que compõem parte de seu acervo pessoal, atualmente sob os cuidados da Fundação Darcy Ribeiro. Destaco, particularmente, aqueles referentes ao período de sua formação intelectual e profissional, compreendido entre os anos de 1944, quando Darcy ingressa, como aluno, na Escola Livre de Sociologia e Política, e 1957, quando ele deixa o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão indigenista oficial que garantiu a realização de suas primeiras pesquisas etnológicas e permitiu a concretização de algumas de suas mais importantes iniciativas na área de ensino e pesquisa em antropologia, como a criação do Museu do Índio e do curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural (CAAC).

Se, à primeira vista, parece fácil identificar traços de *excepcionalidade* na trajetória de Darcy Ribeiro – vestidos seja na rubrica de precursor ou “pai fundador”, seja na de um autor divergente –, uma análise mais atenta desses documentos deixa entrever não somente a existência de um antropólogo cuja formação e atuação se enquadravam, em muitos aspectos, com quase perfeição aos padrões de trabalho intelectual da época, como, principalmente, a de um *indivíduo* que buscou articular-se continuamente com o intuito de inserir-se em espaços sociais que nem sempre franquearam seu acesso. É o que doravante pretendo mostrar.

Tempos de Escola e SPI

Embora relativamente escassos, quando comparados ao período posterior, os dados referentes aos anos de formação intelectual de Darcy Ribeiro, na ELSP, são suficientes para assegurar a convergência que, de um jeito ou de outro, existia entre ele e o padrão de trabalho intelectual compartilhado por membros da Escola, ou pelo menos por alguns de seus principais expoentes, como Donald Pierson e Herbert Baldus, este último sem dúvida o etnólogo que maior influência exerceu sobre Darcy.

Isto, contudo, não deve obscurecer o fato de que existiam em seu comportamento particularidades que o tornavam divergente e, neste sentido, *único*, seja em relação aos professores, seja em relação aos colegas. Uma dessas divergências, que acabaria por matizar a dissonância de Darcy em relação àquela instituição de ensino, resultou de sua filiação ideológica, na época, ao Partido Comunista, algo incompatível com os padrões reacionários da ELSP⁵. Seja como for, a despeito da possibilidade de engajar-se politicamente e tornar-se um “revolucionário” – como diria, mais tarde, Darcy – o fato é que, ao se formar, em 1946, como bacharel em Ciências Políticas e Sociais, e transferir-se quase imediatamente para o Rio de Janeiro para ingressar no Serviço de Proteção aos Índios, ele acabaria por cumprir dois dos principais desígnios da Escola⁶.

O primeiro refere-se à ideologia que orientou a criação da instituição na década de 30, momento em que se fazia necessária a presença de uma elite intelectual cujos membros, balizados pelo conhecimento científico, deveriam seguir preferencialmente carreira administrativa, pública ou privada, aumentando, dessa forma, a “competência de nossas administrações” (Limongi, 2001a, p. 259). Compreende-se, dessa forma, a finalidade “pragmática” da Escola, voltada, por isso, para um ensino de caráter mais empírico, porquanto se pensava na produção de um conhecimento científico sobre a “realidade nacional” que pudesse subsidiar as ações intervencionistas das futuras elites técnicas⁷.

O segundo desígnio ganha contornos mais nítidos a partir da chegada do sociólogo Donald Pierson, em 1939, à ELSP. Se, por um lado, a proposta de ensino trazida por Pierson acabaria por dar à Escola feições mais acadêmicas e, com efeito, por minimizar o caráter

⁵ É o que se depreende do depoimento de um ex-aluno: “A Escola era apolítica, até meio revolucionária, quando você pega o Donald Pierson, por exemplo, e outro lá também. Rubro(*sic*) Müller, nem se fala, esse era reacionário de carteira, a maioria, já que todos estavam ligados aos EUA” (Segall, 2001, p. 117). Sobre a possibilidade da ligação do Darcy Ribeiro com o PC ter despertado preocupação nos diretores da Escola, conferir Ribeiro (1985).

⁶ Sobre algumas oportunidades de trabalho, deixadas de lado por Darcy na ocasião, conferir Ribeiro (1985; 1997).

⁷ Ao contrário da Universidade de São Paulo, criada na mesma época com o propósito de elevar o nível cultural de uma elite dirigente por meio de um saber mais abstrato e filosófico, desvinculado de problemas práticos imediatos. Sobre o projeto de criação da USP e ELSP ver, entre outros, Limongi (2001a; 2001b).

intervencionista e de aplicação imediata do conhecimento produzido até então, por outro iria reforçar a pesquisa empírica como parte de um modelo de sociologia científica voltado para a formação de pesquisadores treinados em campo. Menos do que formar uma elite técnica detentora de um conhecimento referenciado particularmente pelo Estado, trata-se, agora, de formar sociólogos profissionais.

Vê-se, pois, de que maneira, ao ingressar no Serviço de Proteção aos Índios, em 1947, como “sociólogo antropologista”⁸, Darcy Ribeiro cumpria os objetivos da Escola: tornava-se um funcionário público do órgão indigenista oficial, com a tarefa de auxiliar na refundação de práticas protecionistas e tutelares com base em um conhecimento científico que, no seu caso, como veremos, estava amplamente comprometido com a pesquisa etnográfica. É verdade que, além da formação em uma escola de elite, outras circunstâncias contribuíram significativamente para a boa colocação de Darcy no início de sua carreira profissional. Entre elas, cabe comentar a indicação pessoal de Herbert Baldus a Rondon, que acabou culminando na contratação de Darcy Ribeiro.

Nas décadas de 30 e 40, além do SPI, somente o Museu Nacional oferecia condições para a realização de pesquisas etnológicas em âmbito institucional. O próprio Baldus havia tentado, em meados da década de 30, juntar-se à equipe do Museu, comandada por sua então diretora Heloísa Alberto Torres⁹, por meio de um carta na qual salientava sua formação em “antropologia geral e americanística”, as exposições já realizadas, as publicações, os vários projetos, além do desejo de conseguir alguma inserção no Rio de Janeiro. Receberia, porém, resposta negativa¹⁰.

Concomitantemente, em meados da década de 40 tornava-se notória a filiação de Baldus à ideologia rondoniana (Passador, 2002) e sua ligação com o órgão indigenista fundado segundo diretrizes humanistas¹¹. Em um documento de 1946¹², podemos identificar seu nome entre as ilustres personalidades e instituições científicas que participaram de convênios com o Serviço de Proteção aos Índios. Ora, com a simpatia pelo projeto iniciado por Rondon junto aos índios e o malogro frente ao Museu Nacional, seria natural que ele não envidasse esforços para a inserção de um de seus mais diletos alunos no órgão indigenista oficial. Vários documentos do acervo pessoal de Darcy deixam claro que não eram poucas esperanças que Baldus depositava nele como continuador de uma antropologia comprometida com a causa

⁸Sobre a utilização do termo “antropologista” com indicativo da influência do inglês e da antropologia norte-americana nos anos 40 conferir Corrêa (2003).

⁹ Conferir Corrêa (op. cit).

¹⁰ Conferir o depoimento de Castro Faria (1993, p. 2).

¹¹ Para uma ampla discussão em torno da criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, ver Souza Lima (1985, 1987).

¹² “Seção de Estudos. Relatório de 1946”, por Herbert Serpa. Museu do Índio, Arquivo SEDOC, Funai, Rio de Janeiro, microfilme 2A, fotogramas 1778 – 1973.

indígena. O momento, ademais, era oportuno.

Darcy Ribeiro é contratado no decorrer de um importante processo de reestruturação do SPI iniciado poucos anos antes, precisamente em 1942, quando é criada a Seção de Estudos (SE) como parte de uma tentativa inédita de incorporar uma ideologia científica aos trabalhos até então realizados pela instituição junto aos diversos grupos indígenas no país. O próprio Darcy chamou a atenção para o fato de que os avanços obtidos pelo SPI na década de 40 devem-se, em parte, ao interesse do presidente Getúlio Vargas que, após condear-se com a situação de crianças em sua primeira visita a uma região indígena, na Ilha do Bananal, decide amparar o órgão indigenista. Assim, após uma fase de desorganização que se seguiu à Revolução de 1930 (Souza Lima, 2002), o Serviço de Proteção aos Índios intensifica, a partir da década de 40, um novo ciclo de atividades, com renovação de seu quadro de pessoal – que deixa o Ministério da Guerra, ao qual estava ligado desde 1934, e passa ao Ministério da Agricultura –, reinstalação de postos indígenas abandonados e reinício de suas atividades de pacificação (Ribeiro, s/d).

É nesse contexto que José Maria da Gama Malcher assume, em 1951, a direção do órgão e passa a empreender uma série de ações que contemplavam a contratação de etnólogos especializados para ocupar cargos de direção no SPI e substituir a antiga ideologia positivista, já superada, por uma orientação científica moderna. Essa proposta incluía a contratação de Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, nos anos 50. Como observa Souza Lima (2002), esses antropólogos, ao lado de Darcy, tornavam-se os expoentes de uma nova ideologia de prática indigenista que contava, entre outras coisas, com um projeto de formação de funcionários, sancionada pelo diploma e pela educação formal.

Novos planos: ensino e pesquisa em antropologia

É nesse cenário de mudanças e novas propostas que Darcy encontraria um ambiente favorável para a consolidação de empreendimentos de grande repercussão para o ensino e pesquisa em antropologia, alguns de caráter institucional, outros, não.

Entre os primeiros, destaca-se a criação do Museu do Índio, em 1953, um passo importante no desenvolvimento da política indigenista que representava uma tentativa de melhorar as condições de assistência e compreensão das sociedades indígenas. Em várias ocasiões Darcy procurou enfatizar que o empreendimento visava ao combate da “hipocrisia da democracia racial das elites brasileiras”¹³. Em uma palavra, um museu contra o preconceito e a favor das sociedades indígenas.

¹³ Entrevista concedida ao jornal Museu ao Vivo, ano II, n. 3, Julho/Agosto/Setembro de 91, acervo Fundar.

Como parte desse projeto, foi criado por Darcy, em 1955, o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural (CAAC), que deveria funcionar nas dependências do Museu do Índio com os seguintes propósitos: formar estagiários para o próprio Museu; promover e divulgar as atividades científicas e assistenciais do SPI nos meios educacionais; contribuir para a formação de pessoal especializado na aplicação de técnicas de pesquisa antropológica de que carecem diversas instituições oficiais¹⁴. Percebe-se, assim, que o curso, a ser realizado em parceria com a CAPES, pretendia, a um só tempo, reforçar o aspecto de “aplicação prática” da pesquisa científica e contribuir para o tratamento e solução de problemas sócio-culturais. Mas não somente isso. Como salientava Darcy, na época, o curso deveria, ainda, “preencher as lacunas do nosso ensino superior que, embora ministrando cursos básicos de Antropologia não conta com nenhum curso de nível mais alto, capaz de proporcionar formação que abra perspectivas de profissionalização, seja no campo da pesquisa ou da aplicação prática”¹⁵.

Embora tenha contado com apenas duas turmas, correspondentes aos seus dois períodos de funcionamento – entre 1955 e 1957 – o CAAC não deixou de ser uma iniciativa pioneira no campo da antropologia brasileira. Mas talvez sejam os empreendimentos de outra ordem, de caráter pessoal, que melhor revelem o espaço que Darcy ocupava na época e, mais ainda, as suas expectativas quanto ao seu próprio futuro profissional. É o caso, por exemplo, da ênfase que Darcy Ribeiro passou a dar à pesquisa de campo, em parte, certamente, com o intuito de cumprir o duplo objetivo da Seção de Estudos, desde sua criação, isto é, realizar pesquisas etnológicas sobre as populações indígenas e proporcionar ao SPI a base científica necessária ao aprimoramento de seus métodos assistenciais.

Naqueles anos, Darcy Ribeiro dedicou-se a pelo menos duas prolongadas pesquisas de campo. A primeira entre os Kadiwéu, remanescentes dos antigos índios cavaleiros Guaicurús, do sul do Mato Grosso, com os quais conviveu entre 1947 e 1948, em companhia de Berta Ribeiro, sua esposa. A segunda entre os índios Kaapor, por meio de duas expedições entre 1949 e 1951, a primeira com duração de aproximadamente 5 meses, a segunda 3 meses. Na década de 50, ele fazia, ainda, visitas breves a vários outros grupos indígenas como parte das obrigações de um projeto realizado em parceria com a UNESCO sobre a situação de contato entre índios e a sociedade nacional.

Porém, mais do que simples dever de ofício, ou mesmo uma oportunidade de firmar compromissos com ideais científicos e humanitários nos quais passou a acreditar particularmente em decorrência da influência de Baldus e da convivência com a penosa

¹⁴ Carta de Darcy a José Maria da Gama Malcher, 13/09/54, acervo Fundar.

¹⁵ “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural”, por Darcy Ribeiro. Museu do Índio, Arquivo SEDOC, Funai, microfilme 380, fotograma 1077.

situação dos grupos indígenas por ele visitados, não é impossível que Darcy, ao mesmo tempo, vislumbasse, com as pesquisas empíricas, uma oportunidade de inserir-se de forma pioneira no campo etnológico brasileiro.

Antes dele, somente etnólogos estrangeiros haviam se aventurado em longas e sistemáticas pesquisas de campo¹⁶, dentre os quais podemos destacar Lévi-Strauss, com suas expedições ao Brasil Central entre os anos de 1935 e 1939, de uma das quais fez parte Luis de Castro Faria, na época no Museu Nacional, e Baldus, de fato o primeiro etnólogo a dedicar, no mesmo período, longas pesquisas a apenas um grupo indígena, os Tapirapé¹⁷ – o mesmo grupo que haveria de ser pesquisado, entre 1939 e 1940, por Charles Wagley¹⁸.

Nesse sentido, não há dúvida de que, da perspectiva do sucesso profissional, a etnologia configurava-se como uma oportunidade de fazer algo novo, ao menos entre antropólogos brasileiros. Darcy soube aproveitá-la. Com o trabalho desenvolvido no SPI, ele começava a firmar sua importância como antropólogo e a projetar-se nacionalmente. Se calculadamente ou não, é difícil afirmar com convicção. Fácil, porém, é perceber que Darcy Ribeiro, jovem antropólogo, tinha planos de ocupar posições de destaque. Isso talvez fique mais evidente se considerarmos outras oportunidades de trabalho e novas inserções em algumas das principais instituições brasileiras na área de antropologia, que se surgiram para Darcy no mesmo período. Algumas foram levadas a termo, outras não. Duas, pelo menos, merecem destaque.

A primeira surgiu com a possibilidade de concorrer à cátedra de Arthur Ramos na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1949, ano que Ramos aceita o convite para dirigir o departamento de Ciências Sociais da UNESCO, deixando vaga sua cadeira. É conhecido o lugar proeminente ocupado pelas cátedras nos diversos campos de conhecimento do final dos anos 40 e início dos 50. Como explica Ribeiro (2000), a cátedra universitária era não somente o espaço privilegiado para o desenvolvimento de qualquer ramo do saber, como também o mais importante cargo na carreira docente, porquanto conferia a seu ocupante um amplo

¹⁶ A participação de Roquette-Pinto na expedição de Rondon seria, da perspectiva de uma formação mais ampla, uma rara e honrosa exceção. Médico, foi considerado posteriormente por Darcy como o “maior antropólogo brasileiro do passado” (1997a, p. 120).

¹⁷ A longa pesquisa de Baldus expressava um momento particular do campo antropológico brasileiro em que a identidade dos pesquisadores era construída a partir da “apropriação” de um grupo indígena (Passador, 2002). Esta característica é facilmente encontrada em Darcy Ribeiro, cujas referências aos “seus” índios são incontáveis. Suas pesquisas de campo, no entanto, seriam bem mais amplas que as de Baldus, que no caso dos Tapirapé, “estava limitada a cerca de 6 semanas em 1935 e mais um curto período em 1947”, como informa Charles Wagley, citado em Sampaio-Silva (2000, p. 26).

¹⁸ É evidente que, nessa lista, deveria constar, em primeiro lugar, Nimuendaju, cujo autodidatismo contrasta, evidentemente, com a formação dos demais pesquisadores. Todavia, a unanimidade em torno da importância de sua obra para a etnologia sobre povos americanos não nos permite desconsiderá-lo como o principal precursor do trabalho etnológico no Brasil. Sobre as viagens de Nimuendaju e as demais expedições científicas realizadas por etnólogos no Brasil sob o controle do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, o trabalho de Grupioni (1988) é referência obrigatória. Sobre Nimuendaju como o “Pai Fundador” da antropologia no Brasil ver Cardoso de Oliveira (1988).

domínio sobre o desenvolvimento do conhecimento sob sua jurisdição. Não era senão esse o motivo pelo qual tais cargos despertavam enorme interesse nos intelectuais da época.

Darcy não poderia estar alheio aos valores da intelectualidade de seu tempo. Além do mais, a falta de autonomia do campo antropológico, até aquele momento, deixava poucas opções, em termos institucionais, aos antropólogos aspirantes a posições dominantes. Neste sentido, não é de se estranhar sua vontade de integrar o primeiro escalão da disciplina. Sobretudo porque ele contava, novamente, com o apoio incondicional de Baldus, que acreditava que o discípulo tinha o preparo necessário para concorrer à vaga. O curioso é que parecia ser Darcy o mais inseguro quanto à expectativa de ingressar na carreira docente em uma instituição de ponta. Em uma carta dirigida ao mestre em 1950, ele se expressa com um misto de incerteza e expectativa: “Escrevi esta carta quando recebi a sua, ontem; desde então tenho estado num dilema terrível. Outros amigos, professores da Fac. de Filosofia haviam sugerido a minha inscrição, mas eu sempre me considerei abaixo das exigências, apesar e principalmente, porque meu grande sonho é, um dia, conquistar uma Cátedra de Antropologia”¹⁹.

A oportunidade, no entanto, era por demais atraente para se deixada de lado. Para cumprir as exigências do concurso, Darcy decide preparar, por indicação de Baldus, o material já colhido sobre os Kadiwéu e fazer um estudo da organização social desse grupo. Não tenho, contudo, informações de que Darcy tenha apresentado esse ou qualquer outro trabalho para a inscrição do concurso, cujo prazo foi encerrado somente com a candidatura de Marina Vasconcellos, que efetivamente ocuparia a vaga²⁰.

Mas é importante frisar que a tese sobre os Kadiwéu não deixou de alçar Darcy Ribeiro a uma importante posição entre antropólogos da época. Afinal, foi com ela que o “etnólogo número 1 da nova geração brasileira”, para usar uma expressão de Baldus, foi agraciado com o prêmio Fábio Prado de ensaios, com o qual adquiriu certa notoriedade, já que foi citado “até por cronistas de jornais que, em geral, não mostram nenhum interesse pelos índios e pela etnologia”²¹. A ampla divulgação dada por jornais da época corrobora a afirmação de Baldus.

Reconhecimento, projeção pública, possibilidades de novas pesquisas etnológicas e de um futuro promissor. Tudo isto, em conjunto – certamente no horizonte de Darcy – leva a crer que os primeiros anos de atividades exercidas por ele no Serviço de Proteção aos Índios guardavam um dilema que permaneceu pelo menos até meados da década de 50, quando surge

¹⁹ Carta de Darcy a Baldus, 26/04/50, acervo Fundar.

²⁰ Sobre todo o processo que culminou na nomeação de Marina Vasconcellos, em 25 de novembro de 1950, para a cátedra da Arthur Ramos, conferir Ribeiro (2000). Darcy Ribeiro assumiria, no entanto, em 1956, na mesma Faculdade, o cargo de professor-regente da recém-criada cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi, aceitando assim um convite do Departamento de Ciências Sociais.

²¹ Carta de Baldus a Darcy, 28/09/51, acervo Fundar.

uma segunda oportunidade de assumir uma cadeira na Faculdade Nacional de Filosofia, que Darcy não desperdiçaria²². De certa forma o jovem etnólogo parecia oscilar, na época, entre o desejo de continuar atuando em longas pesquisas de campo, produzindo uma etnologia comprometida com os índios, crescente em notoriedade, e a possibilidade de adesão a uma importante instituição de ensino. Havia perdas e ganhos em qualquer uma das duas opções. De seu ponto de vista, ainda que a segunda não anulasse a primeira, certamente a prejudicaria, dadas as dificuldades existentes naquele período de conciliar ensino e pesquisa. Mas, em contrapartida, franquearia seu acesso ao local por excelência de onde emanava o domínio sobre o saber antropológico. A luta pela cadeira de Arthur Ramos demonstrara que isso fazia parte dos planos de Darcy. Uma vez impossibilitado de assumir a cadeira na Faculdade Nacional de Filosofia, restava-lhe, pois, a etnologia. Daí sua recusa, dois anos depois, a uma segunda oportunidade de trabalho, que surgiu com um convite, novamente de Baldus, para integrar a equipe do Museu Paulista, em São Paulo.

No mesmo ano em que Darcy Ribeiro é contratado pelo Serviço de Proteção aos Índios, Herbert Baldus é nomeado, pelo então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, Chefe do Setor de Etnologia do Museu Paulista, embora continuasse vinculado à ELSP. Baldus assume a direção do Museu em 1953, substituindo o então diretor, Sérgio Buarque de Holanda²³, que deixara o cargo vago devido a uma viagem, no mesmo ano, para dar aulas de literatura e história na Universidade de Roma (Françoso, 2004). A esse cargo Baldus ficaria ligado até 1960, ano em que pede desligamento da função alegando incompatibilidade entre os trabalhos administrativos e científicos. Continuará, no entanto, como chefe do Setor de Etnologia até sua aposentadoria em 1968 (Passador, 2002.).

Naturalmente, como substituto de Sérgio Buarque de Holanda, Baldus se pôs em busca de alguém para ocupar seu próprio lugar na chefia da Seção de Estudos. Darcy foi logo consultado. Embora fosse uma proposta bastante tentadora, o êxito já alcançado nas pesquisas etnológicas, aliado às perspectivas otimistas de trabalho, parecia, no entanto, tornar bastante difícil a decisão. É o que se conclui deste longo trecho de uma carta-reposta de Darcy a Baldus:

Com mil demônios, eu gostaria de trabalhar cinco, dez anos, tendo como escopo isto que o senhor me oferece de mão beijada. Por outro lado talvez seja das coisas boas

²² Darcy Ribeiro assumiria em 1956, na mesma Faculdade, o cargo de professor-regente da recém-criada cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi, aceitando assim um convite do Departamento de Ciências Sociais.

²³ Baldus havia sido contratado em 1946 para a recém-criada Seção de Estudos do Museu Paulista por indicação do próprio Sérgio Buarque de Holanda, que assumira a direção naquele mesmo ano. Uma de suas primeiras ações, como diretor, foi propor a contratação de dois funcionários para organizar a coleção de etnografia da instituição. Além de Baldus, o Museu Paulista contratou ainda, também em 1946, o etnólogo gaúcho Harald Schultz como seu assistente. Sobre a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda, ver Françoso (2004).

para daqui a 20 anos, quando já tiver dado o que posso nas pesquisas de campo, nestas que exigem maiores investimentos de suor que de meditação. (...)

Acho que estou dando uma boa cooperação a Malcher, é verdade que isto tem me custado muitas horas que poderia dedicar aos estudos. Mas já perdi aquela estultice de discriminar tarefas por uma tábua de valores que as distinguia em nobre – e nobreza científica – e prosaicas, práticas. Índio já não é para mim mero objetivo de estudo, é isto e mais – uma realidade humana que me afeta como cientista e como homem.

Para que todo êste palavreado? A verdade é que ando procurando convencer-me com êle de que devo ficar aqui e com o risco de não encontrar outra vez a oportunidade com o a que o sr. me oferece.

Há outros aspectos. Aqui tenho dinheiros mais ou menos largos para minhas andanças, a liberdade de escolher meus temas e de me meter no mato quando desejo. (...)

São Paulo representa, primeiro, seu convívio (nunca pude explorá-lo tanto quanto desejo); e, ainda, livros e uma instituição científica amadurecida.

Como vê, não tenho opinião, não posso resolver nos termos que o senhor propõe; o que seja mais importante no interesse da ciência e dos índios. A ciência nêstes casos é quasi sempre a gente, a oportunidade de realizar-se; o índio, bem, os índios, sei lá...

Vou pensar mais antes de decidir e lhe peço socorro, sugira alguma coisa²⁴.

Porém, Darcy já estava decidido. No mesmo dia em que escreve a resposta a Baldus, ele assina uma correspondência endereçada a seu tio, Plínio Ribeiro, versando sobre o mesmo tema. No entanto, certamente menos tolhido pelas relações que se impunham entre um discípulo e um mestre admirado e respeitado, Darcy anuncia sua recusa, referindo-se ao convite de Baldus para uma chefia no Museu do Ipiranga como uma oportunidade de trabalho em

uma sinecura muito confortável em S.Paulo, coisa tão boa que se m'a oferecessem como escopo a atingir em 10 anos de trabalhos eu teria nisto um estímulo muito vigoroso. Entretanto, o que é bom para daqui a dez anos, às vezes não é bom para hoje. Tenho a impressão de que aceitando-o vou abrir mão de inestimáveis oportunidades de realizar pesquisas científicas. Por isto decidi não aceitar, bem pode ser que me arrependa, afinal a posição é das mais ambiciosas, o salário é excelentíssimo.

Interessante, no entanto, é que Darcy parece inspirar-se na experiência do tio, ao qual se refere, na mesma correspondência, como um “cidadão argamassado para uma cátedra que um dia vendeu 10 anos de miséria e um futuro brilhante por um aconchegozinho clínico e que desde então dança o desespero de recomeçar”.²⁵

²⁴ Carta de Darcy a Baldus, 21/04/52, acervo Fundar.

²⁵ Carta de Darcy a Plínio Ribeiro, 21/04/52, acervo Fundar. Não tenho informações sobre o último comentário de Darcy acerca da experiência de Plínio Ribeiro, médico, por quem Darcy nutria enorme admiração. Seja como for, cito este trecho por considerar que a influência exercida por Plínio sobre o sobrinho pode ter levado Darcy, por razões íntimas, a considerar a proposta da perspectiva do tio. Sobre essa relação conferir Mattos (2007) e

Não é difícil interpretar a recusa de Darcy ao convite de Baldus como mais uma expressão, de um lado, da proeminência que a pesquisa empírica assumia em seu projeto intelectual e, de outro, das boas oportunidades que possivelmente poderiam surgir em um futuro não muito distante. Mais do que cargos administrativos, mesmo aqueles com “excelentes salários” e representativos de uma “posição das mais ambiciosas”, o início da década de 50 significava, para ele, ainda que de forma mais ou menos incerta, e ao custo de “10 anos de miséria”, firmar-se como antropólogo, sobre cujos olhos se desdobrava, de um jeito ou de outro, a possibilidade de um “futuro brilhante”. Dificilmente podemos entender boa parte dos êxitos – e fracassos – de Darcy, entre a segunda metade da década de 40 e início dos anos 50, sem levar em conta essa motivação. E, conscientemente ou não, ao agir com tal intuito, Darcy Ribeiro, detentor de talento e inteligência inquestionáveis, acabou por contribuir significativamente para o avanço de uma disciplina ainda em processo de institucionalização, quer imprimindo novo rumo às pesquisas junto a povos indígenas, quer proporcionando a futuros pesquisadores novas possibilidades de aprender antropologia em espaços situados à margem de instituições consagradas daquele momento histórico, como as Faculdades de Filosofia.

Bibliografia

- CORRÊA, M. (2003). *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- FRANÇOSO, M. (2004). *Um outro olhar: a etnologia alemã de Sérgio Buarque de Holanda*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado.
- GRUPIONI, L. D. (1998). *Coleções e Expedições Vigeadas*. São Paulo: Hucitec.
- LEVI, G. (1996). Usos da Biografia. In: J. e. AMADO, *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- LIMONGI, F. (2001a). A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: S. MICELI, *História das Ciências Sociais no Brasil* (Vol. I). São Paulo: Editora Sumaré.
- LIMONGI, F. (2001b). Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. In: S. MICELI, *História das Ciências Sociais no Brasil* (Vol. I). São Paulo: Editora Sumaré.
- MATTOS, A. L. (2007). *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado.
- OLIVEIRA, J.P. (1995). A Paixão de um intelectual ator. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 fev. 1997.
- PASSADOR, L. H. (2002). *Herbert Baldus e a Antropologia no Brasil*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado.

- RIBEIRO, A. (2000). *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo Vasconcelos: entrelaçamentos de círculos e formação das Ciências Sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado.
- RIBEIRO, D. (1985). *Darcy Ribeiro (depoimento 1978)*. Rio de Janeiro: FGC/CPDOC - História Oral (História da Ciência - Convênio FINEP/CPDOC).
- RIBEIRO, D. (1997). *Confissões*. São Paulo: Companhia da Letras.
- SAMPAIO-SILVA, O. (2000). A antropólogo Herbert Baldus. *Revista de Antropologia*, 43, n. 2.
- SEGALL, M. (2001). Depoimento. In: I. KANTOR, D. MACIEL, & J. d. SIMÕES, *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação, 1933-1953*. São Paulo: Escuta.
- SOUZA LIMA, A. C. (1985). *Aos Fetichistas, Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado.
- SOUZA LIMA, A. C. (2002). Indigenismo no Brasil: migrações e reapropriação de um saber administrativo. In: B. L'ESTOILE, F. NEIBURG, & L. SIGAUD, *Antropologia e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- SOUZA LIMA, A. C. (1987). Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade. In: J. P. OLIVEIRA FILHO, *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, UFRJ.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. (1991). Etnologia Brasileira. In: *O que ler na Ciência Social Brasileira*. (Vol. I). São Paulo: Anpocs.